


MARIA ARAGÃO E A “BATALHA DA MEMÓRIA”¹ ENVOLVENDO A DITADURA CIVIL-MILITAR

Maria Aragão and the “battle of memory” about the military dictatorship

Marcelo Fontenelle e **SILVA**
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil
marcelofontenelle@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7084-3714> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

Maria Aragão foi médica, militante do Partido Comunista Brasileiro e, posteriormente, da chamada “corrente prestista” no Maranhão. A fase final de sua vida e seguinte à morte foram marcadas por uma série de homenagens e construções de documentos biográficos e autobiográficos, conferindo à construção de sua memória um lugar central na construção da memória da ditadura civil-militar no Maranhão. Este trabalho parte dos documentos autobiográficos escritos por Maria Aragão e reunidos em dois livros e em uma revista publicada em 1988. Tem-se por objetivo avaliar o significado destas produções em meio aos embates, ocorridos tanto em âmbito nacional quanto estadual, pela reconstrução do passado recente após o período ditatorial. Destaca-se a omissão do apoio/colaboração de agentes políticos e setores da sociedade, além da construção de uma versão memorialística apaziguadora, onde praticamente todos encontram um lugar na “luta contra a Ditadura”.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Ditadura Civil-Militar. Conciliação. Maria Aragão

ABSTRACT

Maria Aragão was a doctor, activist of the Communist Party and, later, militant of the group called “corrente prestista” in the state of Maranhão. The final phase of her life and the after death were characterized by a series of tributes and construction of biographical and autobiographical documents, which conferred a central place to her memory in the construction of the military dictatorship memory and the “resistance” in Maranhão. Thereby, the present work is based on the autobiographical documents written by Maria Aragão and gathered in two books and a magazine published on the occasion of her birthday in 1988. The purpose is to evaluate the significance of these productions amidst the clashes, both at national and state levels, by the reconstruction of the recent past after the dictatorial period. Thus, the omission of support / collaboration of political agents and significant sectors of society is evident, as well as the construction of an appeasing memory version, where practically everyone finds a place in the “struggle against the Dictatorship”.

KEYWORDS: Memory. Military dictatorship. Conciliation. Maria Aragão.

¹ O título do artigo toma de empréstimo a expressão usada por Napolitano (2015a) em seu capítulo intitulado “Os historiadores na ‘batalha da memória’: resistência e transição democrática no Brasil”.

1 INTRODUÇÃO

Maria José Camargo Aragão nasceu no interior do Maranhão, em 1910. Formou-se em medicina em 1942, pela Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro). Três anos depois, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Desfilia-se do PCB em 1981, passando a integrar a chamada “corrente prestista”². Em especial a partir do fim da década de 1970, vivenciou uma série de homenagens, que inclusive perduraram após a sua morte, em 1991. Para citar alguns exemplos, pode-se mencionar os eventos públicos realizados nas comemorações de seus aniversários, geralmente divulgados nos principais jornais maranhenses, e o recebimento da medalha Manoel Bequimão, concedida pela Assembleia Legislativa do Maranhão (SILVA, 2017a).

O presente artigo analisa três publicações que vieram à tona como parte destas homenagens que recebeu e, paralelamente, como parte das disputas pela imposição dos princípios de apreensão do mundo social. Tais documentos constituem-se, por um lado, como um meio de atestar o reconhecimento, no contexto regional, da importância de “preservar sua memória”, de contar e recontar a sua “história de vida”³; e, por outro lado, são meios de intervir nas disputas pelas formas legítimas de ver o passado recente. Nos servem, portanto, como fonte e como objeto.

As três publicações tomadas para análise no presente artigo – todas contendo depoimentos autobiográficos - fazem parte desta leva de biografias e autobiografias que emergiram durante o ocaso e após a ditadura civil-militar brasileira. Cabe frisar, porém, que a publicação de documentos envolvendo atores da “resistência” foi algo comum no período abordado. No Brasil, o início da política de abertura, em 1978, foi logo seguido à publicação de vários livros autobiográficos e biográficos envolvendo atores que personificavam as “vítimas” da ditadura, a “resistência”, ou ambos. Este processo, tal qual é bastante comum

² A chamada “corrente prestista” foi um conjunto de militantes que se aglutinou em torno da “Carta aos comunistas”, publicada por Prestes em março de 1980. Logo após a publicação deste documento, Prestes – que por décadas foi secretário geral do partido - desliga-se do PCB. Sobre a “corrente prestista”, ver Costa (2013); uma análise mais detalhada da relação de Maria Aragão com a “corrente prestista” pode ser vista em Silva (2017b).

³ Partindo de um estudo que toma como base a produção de livros por parte de políticos com uma carreira relativamente longa e que ocuparam altos cargos eletivos na hierarquia política (deputados federais e senadores), Grill (2012a) constatou que os documentos do gênero memorialístico “estão diretamente ligados à vontade do autor em tomar a palavra publicamente, o que implica se sentir autorizado social e politicamente e possuir ou acreditar possuir competência linguística e intelectual para tal empreendimento” (GRILL, 2012a, p. 12). Apesar de a população analisada por Grill diferir bastante do caso de Maria Aragão, tal afirmação é válida para ambos.

em períodos seguintes a ditaduras, foi marcado por disputas envolvendo silenciamentos e esquecimentos (GROPPO, 2015a; GROppo, 2015b).

No caso dos documentos aqui analisados destaca-se, ainda, a questão de gênero. Como diz Michelle Perrot (1989, p. 18), “a memória, como a existência da qual ela é o prolongamento, é profundamente sexuada”. A presente análise vai na contramão de uma tendência ainda presente em parte das ciências humanas, que reserva às mulheres um lugar secundário, restrito àquilo entendido como “privado”, enquanto o público/político seria reservado aos homens (PERROT, 1989). Esta tendência foi alvo de muitos questionamentos justamente no período em que foram produzidos e registrados os depoimentos aqui analisados, o que também contribuiu para que eles viessem à tona⁴. Tais considerações podem nos ajudar a compreender o motivo de, mesmo as mulheres tendo participado ativamente da luta contra a ditadura e sofrido com a repressão⁵, poucos terem sido os livros escritos por elas (MORAES, 2013).

A primeira das obras analisadas refere-se ao livro intitulado *A Razão de uma vida*, contendo depoimentos coletados entre agosto de 1990 e janeiro de 1991, sendo publicada em 1992; a segunda refere-se ao livro intitulado *Maria por Maria ou a saga da besta-fera nos porões do cárcere e da ditadura*, com depoimentos colhidos no ano de 1988, publicado em forma de livro em 2015; a terceira, por fim, refere-se à revista intitulada *Maria Aragão – 78 anos de vida 43 de luta*, publicada em 1988, por ocasião das comemorações de seu aniversário.

Cada um destes documentos é produto, conscientemente ou não, de escolhas, ênfases, silenciamentos. Registram tomadas de posição sobre um personagem específico, sobre o passado e sobre as disputas travadas no presente. Deste modo, esta análise se orienta no sentido de “mostrar que a experiência do presente sempre é informada por uma experiência do passado que a operação de memória torna presente” e demonstrar, “com base em um exemplo concreto (...), de que modo esta memória trabalha, mas também e

⁴ Uma análise de sua trajetória e memória a partir das questões de gênero fogem ao objeto central deste artigo. Cumpre frisar, porém, que tais documentos constituem-se como fontes extremamente férteis para tal, dado que ela ocupou espaços que, tradicionalmente, eram renegados às mulheres (política e medicina). Esforços neste sentido foram produzidos por Márcia Araújo (2014); uma resenha crítica deste trabalho pode ser vista em Silva e Borges (2016).

⁵ Marcelo Ridenti (1990) demonstra que a participação feminina nos movimentos de oposição à ditadura não foi nada irrelevante. Mas é inegável que fora bastante inferior à participação dos homens, sendo proporcionalmente maior na esquerda armada do que do que na esquerda tradicional (entre elas, o PCB) - o que contribui para dar contornos ainda mais singulares aos documentos aqui analisados. No geral, a presença de mulheres na direção do PCB fora bastante reduzida (RODRIGUES, 1978), o que com certeza desfavorecia Maria nos embates com a direção partidária estadual, além de ter contribuído para que ela não alçasse a postos de direção nacional.

sobretudo como ela é manipulada pelos empreendedores da memória” (JEWSIEWICKI, 2010, p. 327).

Deste modo, a centralidade que certos personagens adquirem em suas memórias só pode ser compreendida à luz da história do PCB e do Maranhão. Não se deve ignorar, portanto, que a construção de “ícones” como Maria Aragão tem uma relação direta com uma leitura personalista da história e que as tomadas de posição em relação a este agente devem ser entendidas mediante as tomadas de posição relativas a outros “ícones” do Estado – em especial José Sarney e o “sarneyismo”, que se afirmaram como os principais eixos de identificação e autoidentificação das posições no jogo político estadual⁶.

Sarney, apesar de ter iniciado sua carreira política sob as hostes “vitorinistas”, foi eleito governador do Maranhão em 1965, a partir de um movimento político que ficou conhecido como “Oposições Coligadas”, que reunia distintos setores contrários ao predomínio da oligarquia cujo principal ator era Vitorino Freire⁷. Da década de 1940 até então, Freire reunia as condições para determinar quais governadores seriam eleitos e quem ocuparia as posições mais proeminentes na política estadual. Freire firmou-se como mediador das relações com o governo central, característica que também marcara a ascensão de José Sarney, que fora senador duas vezes durante a ditadura (1970 e 1978), presidente do partido de apoio ao regime (Aliança Renovadora Nacional - ARENA) e presidente do Brasil, eleito em 1985, pelo Colégio Eleitoral, como vice de Tancredo Neves, que veio a falecer.

Percebe-se que os três depoimentos analisados não são idênticos, mas retomam os eventos e interpretações considerados como mais importantes para a construção da identidade de Maria Aragão – ou seja, do modo como ela própria vê a sua vida e deseja ser vista pelos outros. Nas palavras de Pollak, “a história de vida (...) é suscetível de múltiplos modos de apresentação em função do contexto em que ela é feita. Mas a extensão destas variações não é ilimitada (...). Com todos os relatos sobrepostos, podemos retirar um núcleo duro que volta a cada vez, e muitas vezes de uma forma idêntica” (POLLAK, 1986, p. 52)⁸.

A análise destes materiais, portanto, é orientada para evitar recair na “ilusão biográfica”, que se baseia na reconstrução teleológica das histórias de vida, criando sentidos artificiais para certa sequência de acontecimentos (BOURDIEU, 2006). Isto,

⁶ Sobre a construção de “ismos” (como o “sarneyismo”), “ícones” e seus intérpretes em duas configurações regionais distintas (Maranhão e Rio Grande do Sul) ver Grill (2012b).

⁷ Sobre as transformações e disputas oligárquicas no Maranhão, ver Reis (2007) e Costa (2004; 2006).

⁸ Tradução livre.

porém, não quer dizer que tais depoimentos não tenham um grande potencial heurístico para a compreensão da realidade, mas que é necessário que atentemos para as condições de produção do depoimento (MICELI, 2001), o que envolve a relação entre entrevistador e entrevistada, os objetivos de cada publicação e, em especial, as disputas travadas no momento de produção do depoimento⁹.

Tem-se por objetivo avaliar o significado destas reconstruções memorialísticas em meio aos embates ocorridos, tanto em âmbito nacional quanto estadual, pela reconstrução do passado envolvendo o período ditatorial. Recorre-se aos relatos indicados, em especial aos trechos que envolvem o período ditatorial e referem-se a três temas recorrentemente abordados nas releituras feitas de períodos ditatoriais: a “resistência”, a “repressão” e a questão de quem seriam os responsáveis pela implantação e manutenção do regime imposto.

Estes temas são transversais aos quatro tópicos aqui apresentados. O primeiro – intitulado *A ditadura vista pelo retrovisor* – traz uma sucinta discussão referente aos modos de contar o passado após contextos ditatoriais; já o segundo, visa analisar a reconstrução memorialística referente ao modo como ela entendia as ações perpetradas pelo Estado (a repressão) e como ela retratava a sua própria atuação na oposição à ditadura, como parte da “resistência”; já o terceiro tópico, dando continuidade ao anterior, enfatiza a sua defesa de uma atuação que não extrapolasse o aparato institucional-legal e a crítica feita à opção da luta armada; por fim, apresenta-se uma discussão que visa analisar a questão da responsabilização da defesa e manutenção do golpe civil-militar, com ênfase para a caracterização de certos agentes políticos como seus “amigos” e para a omissão do apoio e consentimento ao regime.

2 A DITADURA VISTA PELO RETROVISOR

Nos períodos seguintes às ditaduras, é comum que a maior parte da elite política anterior se mantenha em silêncio, auferindo esforços para ser esquecida e/ou para relegar ao esquecimento aspectos do passado que impliquem uma relação de apoio da mesma com a ditadura encerrada. Enquanto isto, as elites ascendentes costumam empenhar-se

⁹ Tais orientações metodológicas baseiam-se fartamente em Pollak (1989; 1992). Uma análise detalhada das condições de produção destes depoimentos pode ser vista em Silva (2017a).

para construir uma memória que apaga aspectos como o consentimento ou o apoio de parte da população, ao mesmo tempo em que exalta aspectos como a “resistência” e a valoriza o sofrimento das vítimas (GROPPO, 2015a; GROPPO, 2015b). Vale frisar, entretanto, que isto varia com o tipo de ditadura e a forma de transição para o novo regime. Nas “transições negociadas”, em que permanecem com um peso significativo os partidários da ditadura, é ainda mais provável a prevalência dos “pactos de silêncio” (GROPPO, 2015a).

O caso da transição brasileira parece, segundo Napolitano (2015b, p. 323), ser exemplar de uma transição negociada. Como tal, “a tendência é que os conflitos se acirrem menos, impondo-se uma memória hegemônica atenuante que neutraliza as vozes que clamam por justiça” (NAPOLITANO, 2015b, p. 323). Independente do modelo de transição, porém, acontece uma releitura do passado que cria mitos, notadamente, o da “vítima inocente” e o da “resistência”. O primeiro apresenta a sociedade como vítima, excluindo os questionamentos sobre responsabilidades individuais ou coletivas. Já o segundo, narra a sociedade como heroica e bravamente resistente (GROPPO, 2015a). Em ambos sobressai a homogeneização da “sociedade”, ora como vítima que sofre – e apenas sofre - as consequências de certas ações, ora como tendo constantemente e em seu conjunto resistido contra o regime imposto.

No caso do Maranhão, a questão da permanência das elites apoiadoras do regime findado ganha contornos próprios, pois o principal agente político do estado (José Sarney) era um dos articuladores do regime, ocupando inclusive a posição de presidente do partido da situação (ARENA). Sarney torna-se presidente do país, após ser eleito – pelo Colégio Eleitoral – como vice de Tancredo Neves, que faleceu em abril de 1985. Mesmo Vitorino Freire, oligarca que dominava a política maranhense antes de José Sarney, era também um apoiador do regime imposto, mas a reconfiguração política operada pelos militares aconteceu de forma a favorecer a oligarquia ascendente (BORGES, 2020; COSTA, 2004).

Como já era de se esperar, portanto, o fim da ditadura civil-militar brasileira deu-se paralelamente a uma série de embates pela reconstrução do passado recente (MARTINS FILHO, 2003; STARLING, 2015; REIS FILHO, 2010; ROLLEMBERG, 2006)¹⁰. Criou-se, assim, um modelo de percepção do passado em que a ditadura é apresentada como uma

¹⁰ Mesmo o termo “ditadura” é alvo de constantes embates, assim como a sua duração. Apesar disto, o termo “ditadura” parece ter se afirmado quase que como um prefixo consensual (Ditadura Militar, Ditadura Civil-Militar, Ditadura Militar-Empresarial). Há, porém, exceções. Para citar apenas um exemplo significativo, pode-se ver, como lembrado por Arantes (2010), o editorial da *Folha de São Paulo* de 17 de fevereiro de 2009 em que, com o intuito de tentar apagar da memória de seus leitores as atrocidades perpetradas pelo Estado durante o período ditatorial, escolheu-se a denominação “ditabranda”.

coisa, externa à sociedade e se abatendo contra as pessoas que lutavam ansiosamente por liberdade. Esta explicação/interpretação inibe a abertura de “amplo debate sobre as bases sociais da ditadura” e restringe-se a “valorizar versões memoriais apaziguadoras onde todos possam encontrar um lugar” (REIS FILHO, 2014, p. 8). Muitas memórias publicadas – por meio de livros, entrevistas, etc. – corroboraram esta visão. As que mais se destacaram no mercado editorial foram as que, como a de Fernando Gabeira, intitulada *O que é isso, companheiro?*¹¹, suscitavam mais intensamente o apaziguamento dos ânimos (REIS FILHO, 2014).

É válido destacar, ainda, que significativa parte dos discursos que pautam esta leitura do passado, tal qual o aqui analisado, se baseia em testemunhos de pessoas que sofreram com as atrocidades do período. Tais testemunhos, que envolvem casos de violência extrema, como a tortura, são marcados por uma especial dificuldade em falar sobre, pois geralmente trazem à tona sentimentos que se tenta esquecer (COMPARATO, 2014, p. 172). Ou seja, “não são somente os torturadores que querem apagar o passado para escapar do julgamento público; também as vítimas se calam pelo extremo sofrimento do testemunhar” (MORAES, 2013, p. 144). Isto implica que possíveis silêncios sobre aspectos da repressão não necessariamente advêm de uma censura instituída, mas podem ser também decorrentes de uma dificuldade em processar e expor o que se passou.

3 REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

A avaliação de Maria em relação ao golpe civil-militar de abril de 1964 ressalta o que se destacou nas memórias de muitos comunistas, inclusive na avaliação de Luiz Carlos Prestes: o elemento surpresa e a autocrítica em relação à avaliação de que uma possível tentativa de “golpe reacionário” seria fatalmente sufocada. Além disto, os comunistas, em suas avaliações feitas logo após o Golpe, divergiam entre si. Pode-se dividi-las em dois blocos: um primeiro, relacionava a eficácia do Golpe aos “desvios de direita”/“reformismo do Partido”, mediante crença em uma aliança burguesia-proletariado para realização de reformas estruturais; o segundo, do qual participava Prestes e que posteriormente veio a se tornar a posição oficial do Partido, relacionava a eficácia do Golpe aos “desvios de esquerda”/“radicalismo”, mediante o abandono da legalidade democrática e

¹¹ Publicada pela primeira vez em 1979 e, desde então, a obra, com seu grande sucesso de vendas, se tornou a principal referência em relação aos testemunhos envolvendo a ditadura civil-militar.

superestimação da correlação de forças (PANDOLFI, 1995, p. 199). Mas, diferentemente de Prestes ou dos demais dirigentes nacionais do PCB, Maria não se posiciona em relação à avaliação do período do governo João Goulart ou quanto às causas que levaram ao golpe. Conforme seu relato:

(...) o que se esperava era justamente o contrário, que as forças progressistas vencessem os reacionários. As notícias que tínhamos vinham pelas ondas da Rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, e eram sempre animadoras. Não nos preparamos para enfrentar o Golpe (ARAGÃO, 1992, p. 153).

Relata ainda que, imediatamente após o Golpe, aconteceu a prisão de vários “jovens” com quem havia convivido durante cursos de formação política por ela ministrados. Estes jovens foram orientados, logo nos primeiros dias após o golpe civil-militar, a negar que a conheciam, que eram comunistas ou que tivessem qualquer tipo de vínculo com ela, que era publicamente conhecida como comunista, a não ser por conta de serviços médicos.

Em tom de autocrítica quanto à avaliação de que não seria possível um “golpe reacionário”, Maria diz que, por conta da ilusão de que a legalidade estava prestes a vir para o Partido, costumava-se agir sem se preocupar em esconder a identidade de comunista. Isso acontecia não só com os comunistas maranhenses. Em todo o Brasil, militantes do PCB, apesar da ilegalidade formal, atuavam politicamente de forma aberta (GORENDER, 2005).

Com o golpe, porém, o cenário muda. Como apresentado por Borges (2020), os órgãos de segurança do Estado imediatamente interferiram nas organizações e prenderam as lideranças que poderiam apresentar resistências. Ao mesmo tempo, “as autoridades locais (...) se apressaram em explicitar congratulações e integral apoio ao movimento “revolucionário” de 1964” (BORGES, 2020, p. 77). Logo nos primeiros dias a sede do PCB no Maranhão foi invadida pela polícia, que divulgou ter encontrado ali “material subversivo”. Maria continua trabalhando em seu consultório até o dia 5 de abril, quando é presa pela segunda vez em sua vida, e passa 3 meses em reclusão.

Ao mesmo tempo em que sua narrativa acentua que, “após o Golpe, o Partido caiu no imobilismo” (ARAGÃO, 1992, p. 156), seu depoimento não deixa de ser permeado por façanhas heroicas. Das primeiras prisões decorrentes do Golpe até a prisão, como já mencionado, decorreram alguns dias. Segundo seu depoimento, esta demora em prendê-la era decorrente do intuito da polícia em “desmoralizá-la”:

A polícia queria me prender. Queria que eu fugisse e fizeram esquema pra eu fugir. Cercaram minha casa e os jovens estavam presos. Eu ainda estava solta e de fato eu tive muita oportunidade de fugir... Mas eles queriam me desmoralizar. Eu saíria de noite ou alguma coisa parecida pra fugir e eles me prenderiam e levariam pros jovens. Aí poderiam dizer: jogou vocês no fogo, viu? Vocês estão presos por causa dela e ela ia fugindo (...). Mas eu não dei esse gosto (ARAGÃO, 2015, p. 201).

Nem Maria nem seus entrevistadores exploram em mais detalhes os motivos que sustentam essa convicção. A escolha por não fugir aparece, assim, como demonstração de uma “firmeza moral”, como a escolha por cumprir com seu dever. E esta mesma “firmeza moral” é posta como faltante na postura da “reação”:

Entraram na minha casa um tenente, um oficial, um sargento e um soldado, todo mundo de metralhadora e disseram que eu estava presa. Eu morava num sobrado e fui pra janela e os desmoralizei: um grupo de covardes, armados até os dentes estão aqui pra me prender. Pra prender uma mulher desarmada (...). Fiz aquele escândalo lá fora, na janela da casa (ARAGÃO, 2015, p. 202).

Firma-se, assim, as diferenças entre os “covardes” e os “bravos”/“valentes”. Tal “bravura” é ainda mais destacada no trecho seguinte, em que nossa personagem se refere ao interrogatório a que foi submetida nesta sua segunda prisão:

Aí fui para o quartel, onde fui ser interrogada. Tinha um capitão muito metido a coisa importante e começou a fazer perguntas (...). Aí quando ele quis entrar, fazer perguntas sobre o Partido, fiquei brava... Eu disse: agora o senhor vai parar, porque eu não vou responder nenhuma palavra. Ele disse: a senhora vai responder! Eu respondi: eu não vou responder! Aí ele deu um grito, bateu com um murro na mesa: a senhora vai responder! Eu disse assim: não grite comigo. Quem é o senhor para gritar comigo? Ele respondeu: eu sou autoridade, sou um oficial do Exército. E eu batendo um murro na mesa também, berrei: eu também sou autoridade, sou uma líder comunista! (ARAGÃO, 2015, p. 203).

Em junho de 1964 ela e os demais são libertos, mas voltam a ser presos em novembro de 1964, permanecendo na cadeia até o início do ano seguinte. Sobre esta prisão, Maria repete nos três relatos que guarda uma boa lembrança deste momento, apesar da “irritação” gerada pela prisão. Refere-se a uma cesta natalina que ela e os demais presos ganharam de presente e, na parte da cesta que coube a ela, veio um pacote de

biscoitos envolvido por um papel onde constava uma poesia do “queridíssimo amigo, o poeta Bandeira Tribuzzi¹²” (ARAGÃO, 1988, p. 9).

Maria volta a ser presa em 1973. Neste intermédio, menciona que “fazia trabalho político clandestino, era clandestino mesmo, reunião, finanças, tudo era clandestino” (ARAGÃO, 2015, p. 213), mas não entra em detalhes quanto às atividades político partidárias. A quarta prisão (terceira durante a ditadura) ocorreu em 1973. Segundo relata, chega em sua casa um grupo formado por policiais federais e militares. Sobre isto, diz Maria:

Às seis horas da manhã, quando me preparava para ir para o trabalho, vejo chegar em minha casa agentes da Polícia Federal. Disseram-me que eu teria que ir com eles à sede da Polícia Federal para uma entrevista e *em nenhum momento me ocorreu que aquilo era prisão. Não via motivo algum para tentarem me prender*, embora estranhasse uma entrevista àquela hora da manhã. Tentei recusar-me a acompanhá-los, explicando que tinha que ir para o trabalho, mas eles foram categóricos: “a senhora vai conosco, depois segue para o seu trabalho”.

Sinto ódio imenso quando me lembro daquela manhã, porque, afinal, acreditei nas palavras de um policial, mesmo com a minha experiência de prisões anteriores. Foi muita ingenuidade (ARAGÃO, 1988, p. 9, grifos meus)¹³.

Um aspecto que se destaca, neste episódio, é o seu “espanto” e “surpresa” com o fato de estar sendo presa. Isto causa certo estranhamento pois, além de ela já ter sido presa duas vezes desde a deflagração do golpe, após o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), decretado em fins de 1968, a repressão do Estado foi ainda mais intensificada e generalizada. O maior “golpe” repressivo no PCB, porém, veio um ano depois da prisão de Maria, em 1974 e 1975. Centenas de militantes do Partido Comunista foram presos, torturados e assassinados, obrigando quase todo o Comitê Central do Partido ao exílio e também diversos dirigentes estaduais (SANTANA e ANTUNES, 2007, nota 14, p. 382). Portanto, colocando a sua “surpresa” com o fato de estar sendo presa, em plena vigência do AI-5, o relato de Maria acaba por corroborar a perspectiva daqueles que veem tais prisões (e as torturas subsequentes) como eventos fortuitos e isolados.

¹² Tribuzzi nasceu em 1927, em São Luís (Maranhão). Foi fundador, ao lado de José Sarney, de um dos principais jornais maranhenses (O Estado do Maranhão) e é reconhecido como um dos mais importantes poetas do estado. Foi agraciado com algumas homenagens oficiais, como a construção do Memorial Bandeira Tribuzzi.

¹³ Este mesmo espanto e surpresa é destacado não só nesta *Revista*, mas também nos relatos que resultaram na publicação dos dois livros aqui trabalhados (ARAGÃO, 2015; ARAGÃO, 1992).

Retomando o seu relato sobre a prisão, menciona que, depois de um certo tempo, os policiais alegaram que a pessoa responsável por entrevistá-la estava em Teresina. Maria, então, pede para passar em casa antes de viajar, por mais que os policiais argumentassem que voltariam a São Luís no mesmo dia, e tem o seu pedido atendido – pôde, assim, pegar alguns pertences pessoais e avisar aos familiares da viagem. Maria afirma que não acreditou quando disseram que voltariam no mesmo dia, pois não teriam tempo suficiente para isto, mas que acreditava que voltariam no dia seguinte.

Chegando em Teresina, ela é levada para Fortaleza, permanecendo incomunicável desde a sua saída de São Luís. Permanece em um local que ela descreve como absurdamente insalubre, onde chegava e saía gente o tempo inteiro e era bastante sujo. Depois de alguns dias nesse ambiente, é levada para um outro local, com os olhos vendados, ainda sem poder se comunicar e agora sem saber sua própria localização. Neste local, é interrogada e torturada. Menciona que fizeram várias perguntas sobre os comunistas no Maranhão e sobre políticos, ao que ela respondeu não saber de nada. Relata ter levado vários choques e tapas, até um enfermeiro medir a sua pressão e, mediante o risco de morte, ela mesma prescreve um remédio para si, posteriormente comprado por um dos “chefes” da polícia. Só então param de torturá-la e interrogá-la. Maria diz que a partir daí não sofreu mais com perguntas ou torturas, mas teve sua prisão preventiva decretada, sendo então levada a um local com outros presos políticos e comuns, permanecendo lá por sete meses – ainda sem poder se comunicar com ninguém.

Há diversos relatos e análises que demonstram a existência de um *modus operandi* padrão de tortura, que era um expediente sistematicamente requisitado pelas forças repressivas. A partir dos dados levantados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*, Mariana Joffily (2009) demonstrou que, apesar da relativa semelhança entre as torturas praticadas contra homens e mulheres, elas sofriam bem mais com torturas envolvendo abuso sexual (que difere da violência sexual, praticada contra ambos). Não sabemos se foi o caso de Maria Aragão, dado que ela não descreveu pormenorizadamente as torturas sofridas - o que é bastante compreensível pois, como já mencionado, este tipo de rememoração implica em reviver sofrimentos (MORAES, 2013). Mas a própria experiência da tortura era claramente vivenciada de forma distinta a depender o gênero (JOFFILY, 2009).

Ainda sobre este período em que passou presa, Maria registra 3 intervenções que corroboram a sua auto identificação de “bravura”/“valentia”. Primeiramente, ela consegue conversar com “uma mulher que desenvolvia trabalhos filantrópicos” e, a partir dela, garante a compra de uma geladeira para melhorar a qualidade dos alimentos e a execução de um

projeto que dava às presas a possibilidade de trabalhar. Relata, também, que em uma certa ocasião, com o adoecimento de sua companheira de cela, averiguou que ela ainda não havia tomado o remédio necessário, o que a levou a “fazer uma confusão” até que o remédio fosse dado:

Então eu disse: não tomou o remédio por que? Rosa [sua companheira de cela] responde: Porque não consigo me levantar e a enfermeira veio dizer que eu tinha de ir lá na administração para tomar o remédio. Bem, eu fiquei muito brava. Aí eu fui lá brigar (...). Eu fui lá brigar com ela, com a administradora, disse que ela não tinha sentimento de humanidade, que a moça estava com febre muito alta, não podia se levantar e ela não deu o remédio na hora certa. Eu disse categoricamente: então a senhora é uma má administradora. Fiz uma confusão, até que ela mandou dar o remédio (ARAGÃO, 2015, p. 253-254).

Por fim, Maria coloca que, como resultado desta “confusão”, a administradora se queixa, perante os seus superiores, de que uma detenta estaria intervindo na administração da prisão, o que a leva a ser convidada para conversar com dois coronéis. Diz Maria sobre esta ocasião:

Aí o Coronel falou: bem, nós chamamos a senhora aqui porque soubemos que a senhora está intervindo na administração da penitenciária e a senhora é uma detenta. (...) Aí eu me irritei e disse: administração? Qual a administração que eu intervenho? (...) Isso é administração? Perguntei de novo e fui logo respondendo: havia administração aqui? Não! Aqui não havia administração (ARAGÃO, 2015, p. 256-257).

Os familiares e amigos de Maria Aragão só descobriram onde ela estava e passaram a poder prestar algum tipo de assistência (envio de dinheiro e auxílio de um advogado) por intervenção de Roberto Macieira junto ao então senador José Sarney. A filha de Maria Aragão, Simone, casou-se com Roberto Macieira, tornando-se cunhada de Marly, a esposa de José Sarney.

Essa intervenção de Macieira e Sarney, porém, é mencionada nos dois livros publicados com seus depoimentos autobiográficos, mas é omitida da *Revista* publicada em 1988 em homenagem ao aniversário de Maria Aragão. Neste documento, Maria diz que “tentaram me localizar até em Brasília e só souberam do meu paradeiro [em Fortaleza, no Ceará] quando os jornais deram” (ARAGÃO, 1988, p. 10).

Sete meses depois de presa, é decretado o fim de sua prisão preventiva e ela passa a aguardar o julgamento em liberdade. Neste intermédio, tenta voltar para o trabalho no Centro de Saúde do Anil, mas é impossibilitada por conta de o Secretário de Saúde de São

Luís, Josélio Carvalho Branco, alegar, segundo o depoimento de Maria, estar “sofrendo pressão” e, por isso, não ter condições de permitir que ela voltasse ao trabalho no Centro de Saúde do Anil. É então mandada para o Hospital Aldenora Bello, pois lá ela ficaria “mais escondida”, já que o Hospital era novo e tinha pouco movimento (ARAGÃO, 2015, p. 259-260).

Depois de julgada, é condenada a um ano e dois meses de prisão e enquadrada na Lei de Segurança Nacional por conta de sua atuação no Partido Comunista. Fica presa primeiramente na Polícia Militar (PM) e depois é transferida para a Penitenciária de Pedrinhas, ambas em São Luís, no Maranhão. Nos dois casos ela recebeu tratamento diferenciado dos demais presos. Na PM, tinha em sua cela livros, televisor e discos. Quando transferida para Pedrinhas, faltando 52 dias para acabar a sua pena, não foi transportada no camburão, mas no carro particular do Coronel da PM. Maria também diz ter recebido, no natal deste ano, mais uma “prova de solidariedade” do “povo maranhense”, pois recebeu várias visitas e presentes.

Ela é liberta em março de 1977, mas volta a ser presa por conta de o Ministério Público ter recorrido da sentença. Com isso ela é condenada a mais dez meses de prisão. Ela pôde escolher ficar presa na PM ou na Penitenciária de Pedrinhas, escolhendo a segunda. Era a única mulher presa. Lá ela ficou em uma cela especial, com acesso a geladeira e podendo consultar os detentos e seus familiares. No natal de 1977, várias autoridades comparecem para uma cerimônia na Penitenciária de Pedrinhas e, nesta cerimônia, Maria é convidada pelo diretor para sentar à mesa juntamente às “autoridades” (ARAGÃO, 2015, p. 281-283). Confirmando-se, mais uma vez, que Maria Aragão recebia tratamento diferenciado por parte das “autoridades”.

Tanto na narrativa de Maria Aragão quanto nos demais textos que acompanharam seus depoimentos nos dois livros e na *Revista*, não aparecem explicações dirigidas diretamente para os possíveis motivos deste tratamento diferenciado, dando a entender que estes seriam decorrentes das “provas de solidariedade” recebidas por ela do “povo maranhense” e do “respeito” angariado por ela na cidade.

Na sua reconstrução memorialística, feita em um contexto de exaltação da “resistência” e das vítimas da ditadura, percebe-se, assim, a colocação de reações à repressão como uma forma de resistência que, por mais que fosse apenas reativa, ganha aqui tons de bravura e heroísmo.

4 ATUAÇÃO INSTITUCIONAL E CRÍTICA À LUTA ARMADA

Mesmo com a afirmação de ter feito “trabalho clandestino” durante o período ditatorial, nos três documentos autobiográficos de Maria Aragão as referências à sua atuação político partidária neste período são escassas. Consta apenas uma referência sobre a venda de jornais do Partido, e esta aparece de forma marginal em sua narrativa. Com exceção do período pós-1978, quando Maria Aragão participa da campanha vitoriosa de Haroldo Saboia¹⁴ por uma vaga de Deputado Estadual, e da declaração de não-voto em José Sarney e nos candidatos da ARENA, não aparece nos relatos de Maria nenhuma menção à participação em disputas eleitorais, seja mediante o apoio a candidatos do MDB ou com uma candidatura própria por meio da legenda oposicionista. Isto causa um certo estranhamento, pois o PCB, apesar de bastante enfraquecido por conta da repressão e inúmeras dissidências, se manteve durante todo o período ditatorial atuante por meio do apoio ao partido Movimento Democrático Brasileiro (KINZO, 1988), chegando a exercer um papel chave na articulação do partido, tanto nacionalmente quanto em alguns estados da federação (SEGATTO e SANTOS, 2007). A maior parte das referências sobre este período são relativas ao seu trabalho como médica, amplamente divulgado e conhecido na cidade, contando inclusive com a assunção do cargo de Diretora do Centro de Saúde do Anil, cuja posse se deu em uma cerimônia pública, na presença do Secretário de Saúde e do prefeito de São Luís. Percebe-se, por outro lado, que o próprio exercício da medicina, conforme entendido e exposto por ela, seria uma forma de estar lutando ao lado do “povo”.

Ainda assim, há nos relatos de Maria críticas àqueles que não aderiram à opção do PCB no combate à ditadura – ou seja, recusaram a opção aliancista de “união de forças” e atuação moderada dentro do aparato institucional-legal. Diz Maria em relação ao PCdoB:

A linha que eles defendiam era a guerrilha, achavam que o Brasil estava atravessando um período revolucionário, pré-revolucionário e que era possível fazer a revolução através de guerrilhas. Estavam equivocados, em política não se pode errar. Estavam totalmente equivocados e a maioria, um número imenso de jovens foi sacrificado, morreu. Além desses jovens, alguns quadros de grande valor desapareceram mortos nessa maldita guerrilha. Daí foi o racha, transformando o Partido em PCB e PCdoB, eu fiquei ideologicamente com o PCB e passei esses anos todos no Partido (...). Enquanto o PCB achava que podia chegar ao socialismo por caminhos

¹⁴ Haroldo Sabóia elegeu-se Deputado Estadual em 1978, a partir da legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) maranhense. Reeleito Deputado Estadual em 1982, e Deputado Federal Constituinte em 1986. Para mais informações sobre, pode-se ver: Grill (2012b); verbete do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro produzido por Ednilson Cruz e Alan Carneiro (2001) e a entrevista concedida ao autor.

pacíficos, o PCdoB, defensores do racha, achavam que só podia ir revolucionariamente, ir através das guerrilhas (ARAGÃO, 2015, p. 174-175).

E, mais à frente, complementa, reiterando que a opção pela guerrilha é consequência de uma leitura equivocada da realidade e explicitando que esse erro foi cometido não só pelo PCdoB, mas por outros grupos e também em outros países:

Também me dói desesperadamente o erro de Che Guevara, que acreditou que era possível fazer guerrilha, exportar revolução, sair de Cuba e ir pra Bolívia onde não havia condição alguma de fazer guerrilha e lá ele foi morto (...). Isso é uma lição que mostra que há necessidade que se conheça a realidade, que a guerrilha é uma forma de luta de vanguarda, mas que não se poder fazer guerrilha sem que haja condições e não é possível ela suportar a revolução. Não é possível achar que Cuba é o Brasil, porque naquela época o que estava na cabeça dos militantes é que Cuba tinha feito a revolução, então no Brasil podia se fazer revolução (ARAGÃO, 2015, p. 176).

Desta forma, tais depoimentos reforçam “a memória hegemônica sobre o regime (...), que tende a privilegiar a estabilidade institucional e criticar as opções radicais e extrainstitucionais” (NAPOLITANO, 2015b, p. 319). Faz coro, assim, com a literatura de testemunho recorrente na década de 1980, muitas vezes escritas por ex-guerrilheiros, onde um dos temas priorizados é a crítica/autocrítica à luta armada, geralmente retratada, a *posteriori*, como “uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade” (REIS FILHO, 1997, p. 34).

5 AMIGOS, INIMIGO(S) E “O MITO DO BOM ARENISTA”

Nos escritos de Maria, a responsabilização por “defender” o golpe civil-militar de 1964 no Maranhão aparece direcionada para uma pessoa: José Sarney. Em um documento assinado por ela, divulgado em 5 de setembro de 1984 e reproduzido na *Revista*, Maria Aragão, seguindo as posições de Prestes, coloca o Colégio Eleitoral como um “instrumento espúrio, sem legitimidade, criado pela ditadura para a sua perpetuação” e afirma que nenhum dos candidatos que vão ao colégio eleitoral atenderão “às mudanças exigidas pelo povo” (ARAGÃO, 1988, p. 17). Ela também caracteriza cada um dos candidatos que foram ao Colégio Eleitoral. Segundo o documento, Paulo Maluf era “o homem da ditadura e não quer nem poderia trazer mudanças”; já Tancredo Neves, é apresentado como uma alternativa enganosa, pois seria “confiável para a ditadura”. Adiciona ainda, como prova da não-oposição de Tancredo à ditadura, o fato deste ter defendido a candidatura de José

Sarney como vice em sua chapa. E finaliza: “As candidaturas Tancredo-Sarney representam ‘democracia’ somente para as elites e continuísmo e grilagem para o nosso povo”. Assim ela define Sarney:

Tancredo aceitou e defendeu para seu vice o Sr. José Sarney, cuja história o Maranhão todo conhece: mudando de partido como quem muda de camisa. Saindo das hostes vitorinistas, de triste memória, bandeando-se em seguida para as Oposições Coligadas, lançou-se em 1965 nos braços da ditadura, que defendeu e defende de corpo e alma. Até ontem era presidente do PDS, o partido da ditadura, cargo que largou em um passe de mágica para ser vice do candidato das oposições (ARAGÃO, 1988, p. 14).

Sabe-se que as circunstâncias do presente influenciam tanto no que pode ou não ser dito quanto nos aspectos a serem ressaltados (POLLAK, 1989). O que explicaria, portanto, a omissão/silenciamento por parte de Maria em relação ao apoio, explícito ou não, dado ao regime por outros agentes políticos ou por parte da sociedade maranhense?

Os relatos sobre sua segunda prisão durante a ditadura e sua defesa pelo deputado arenista e advogado Henrique de La Rocque podem nos ajudar a compreender como se dava a leitura feita por ela em relação a quem apoiava ou se opunha ao golpe/regime¹⁵.

Na segunda vez em que Maria foi presa durante a ditadura, outras pessoas também estavam presas com ela. Conforme seu relato, tais pessoas, mesmo não sendo comunistas, estavam presas apenas por serem “oposicionistas”. Sendo estas pessoas (ou parte delas) amigas de Sarney e, segundo o relato de Maria, “necessárias” para que este levasse a cabo seus projetos políticos, Sarney se vê impelido a contratar o deputado arenista e advogado Henrique de La Rocque para defender os presos – inclusive ela própria, já que havia sido presa juntamente aos demais. Diz Maria:

Sarney precisava do Tribuzzi porque ele [Sarney] tinha vindo para defender o golpe, ia se candidatar a Governador do Estado e ia precisar da capacidade do Tribuzzi. Tribuzzi não era apenas um grande poeta, era um grande economista (...). Então ele precisava do Buzzar, dessa gente toda, de quem ele era amigo, mas acontece que o processo era Maria José Aragão e outros, então para defender os outros ele tinha que me defender (ARAGÃO, 2015, p. 208).

¹⁵ Poder-se ia, ainda, adicionar como um outro exemplo ilustrativo a descrição de Maria em relação a sua nomeação para trabalhar como médica no Posto Médico do Anil pelo então governador do Maranhão, Antônio Jorge Dino, filiado à ARENA, eleito como vice de José Sarney, que assumiu quando este se afastou para concorrer ao senado. Maria descreve Antônio Dino como um de seus grandes amigos, omitindo vínculos deste com Sarney e/ou com a ARENA.

Dessa forma, Maria coloca que a sua defesa por La Rocque não foi uma opção, mas algo necessário, inevitável, a não ser que Sarney resolvesse manter todos presos, o que comprometeria o seu projeto eleitoral. Apesar de apontar Tribuzzi como “necessário” para o futuro governador, não o apresenta como defensor do golpe, tal qual ela faz com José Sarney; também não comenta quanto à sua participação em cargos de relevo do Governo Sarney (1966-1970), nem as relações profissionais que Tribuzzi mantinha com Sarney na fundação e direção do jornal O Estado do Maranhão (FERREIRA JUNIOR e GOMES, 2014).

Assim Maria caracteriza Bandeira Tribuzzi: “era um marxista (...). Nunca pertenceu ao Partido, era na época meu maior amigo. Era muitíssimo ligado a mim, na verdade eu o amava muito, era um homem maravilhoso” (ARAGÃO, 2015, p. 207). Caracterização igualmente interessante ela faz de Henrique de La Rocque. Menciona que mesmo sem a conhecer pessoalmente, ele a ajudou conseguindo uma vaga em uma escola para o seu filho Sebastião; menciona que ele conseguia dinheiro, juntamente aos deputados e senadores, para ajudar os políticos cassados. Assim Maria relata uma conversa que ela teria tido com La Rocque, após ele ter pedido seu voto e ela ter negado: “lamentavelmente eu não vou votar no senhor, porque eu não voto na ARENA. Eu não voto no partido do golpe e eu lamento muito isso, porque eu gosto muito do senhor” (ARAGÃO, 2015, p. 210). Maria afirma, ainda, que achava que La Rocque deveria ser eleito, mas não com o seu voto.

Vale lembrar que o que importa aqui não é averiguar se estas pessoas apoiaram ou não a ditadura imposta no Brasil desde abril de 1964, se de fato colaboraram ou não com políticos cassados ou com a cassação de políticos, mas compreender os motivos pelos quais, em sua reconstrução *a posteriori* dos eventos relativos à ditadura civil-militar brasileira, um determinador ator é levado a creditar a pessoas específicas a responsabilidade pela defesa de um regime que torturou muitos, além dos inúmeros desaparecimentos, assassinatos e outras violações de direitos humanos.

Como nos diz Alessandro Portelli sobre a construção memorialística em torno a um massacre ocorrido em uma cidade italiana durante a Segunda Guerra Mundial:

O fato de essas imagens se embasarem em fatos não invalida sua condição mítica: na verdade, o principal processo de criação de mitos em curso na memória de Civitella parece ter mais a ver com a amplificação do significado de eventos isolados do que com pura e simples invenções. O que realmente importa não é se os bons alemães¹⁶ realmente existiram e

¹⁶ Portelli se refere, aqui, à “narrativa mítica encontrada em toda a Europa (...) conhecida como a história do ‘bom alemão’” (PORTELLI, 2005, p. 122). Após a segunda guerra mundial, passou a ser muito comum

distribuíram balas, mas na necessidade ingente, mesmo em suas vítimas ou inimigos, de acreditar em sua existência (PORTELLI, 2005, p. 124).

O que é, portanto, que explica a “necessidade” de silenciar certos apoios, além de justificar a ajuda recebida por pessoas que abertamente compuseram o partido da situação (a ARENA) e assumiram cargos de confiança no governo do Estado? No caso da Alemanha nazista, por exemplo, Pollak (1989) destaca que muito do silêncio de sobreviventes dos campos de concentração nazista pode ser explicado por conta da necessidade de conviver com aqueles que consentiram com as deportações e como forma de autoproteção.

A resposta a esta pergunta exige, no mínimo, conjugar na análise quatro fatores: a permanência de significativa parte da velha elite apoiadora da ditadura conservando poder; o projeto eleitoral das esquerdas, no qual Maria e seus biógrafos estavam engajados¹⁷; a necessidade de dar coesão a um “grupo” heterogêneo, onde o eixo de identificação é o combate a um inimigo comum (José Sarney/“sarneysismo”); e a relativa consonância com a memória hegemônica sobre a ditadura, que clama à uma grande *conciliação*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: MARIA ARAGÃO, MEMÓRIA E MITOS

A leitura da realidade operada por Maria Aragão e seus biógrafos, lastreada mais na memória que na história, baseia-se também na construção de mitos – o que não quer dizer que não tenha fundamento na realidade histórica. Suas memórias encarnam tanto o mito da sociedade enquanto “vítima inocente” quanto o mito da “resistência” (GROPPO, 2015a). Por um lado, não aparece nenhuma menção a apoio ou consentimento de pessoas ou instituições ao regime imposto – com exceção de uma única pessoa. Por outro, Maria se mostra como resistindo à ditadura, lutando contra o “vitorinismo”, contra “a oligarquia Sarney”/“sarneysismo” e sua resistência/luta como expressando a resistência do povo. A própria Maria Aragão encarna tanto a “vítima” quanto a “resistência”, e o apoio ao regime, tácito ou declarado, é por vezes apagado, de forma a supervalorizar o apoio de um ator específico.

encontrar histórias referentes a casos de violência coletiva que geraram vítimas civis onde apareciam soldados relutantes, que de alguma forma hesitavam em compactuar com os assassinatos; outra vertente dessa mesma narrativa se refere a soldados tocando piano em meio à guerra, dando balas a crianças, etc. O título deste tópico – que faz referência ao “mito do bom arenista” – é uma alusão às possíveis comparações entre as duas narrativas míticas.

¹⁷ Para uma análise da trajetória do Partido dos Trabalhadores no Maranhão, neste período, ver Borges (2008).

Esta responsabilização seletiva deve ser entendida, também, à luz de um fator próprio das construções memorialísticas: a memória não se orienta apenas pela reconstrução dos eventos do passado, mas pelas disputas travadas no presente, ao mesmo tempo em que serve de orientação para as ações do presente. Assim, se a leitura memorialística do período ditatorial, tal qual demonstrou Aarão Reis Filho (2014) encontra lugar para todos na “resistência”, a leitura feita nas memórias de Maria inclui quase todos.

A negação do regime como uma construção social ampla e complexa, com apoio ou omissão de diversos segmentos da sociedade, que há na leitura da ditadura feita por Dias Gomes (ROLLEMBERG, 2009), Fernando Gabeira (REIS FILHO, 1997) e outros, tem, na leitura feita por Maria sobre a ditadura no Maranhão, sua própria versão, condicionada pela história e disputas locais – não só se apaga a participação civil, mas toda e qualquer participação/apoio/omissão de qualquer pessoa que não fosse a de José Sarney.

Destaca-se, assim, a relativa consonância dos relatos de Maria com a construção memorialística hegemônica em relação a temas que se consagraram como próprios à ditadura civil-militar: o golpe como uma surpresa, a resistência heroica daqueles que jamais se dobraram à repressão, a crítica ao “aventureirismo” dos setores da esquerda que se lançaram à luta armada (e a conseqüente apologia às disputas eleitorais como forma de luta mais legítima), o *silenciamento* do apoio ou omissão recebido pelo regime.

Por fim, vale frisar que a análise aqui empreendida não deve servir como absolvição/acusação política de Sarney, Maria Aragão ou quaisquer dos outros atores citados, e nem para apontar outros “culpados” que Maria Aragão teria esquecido/omitido – afinal, isto seria fazer coro à uma leitura da história que vê a sociedade como dividida em duas, uma apoiadora da ditadura e a outra resistente, o que já incorre em simplificações e homogeneizações que não permitem compreender a realidade histórica. Também não se trata, aqui (o que seria igualmente equivocado), de cobrar de Maria Aragão que ela expusesse uma leitura do período ditatorial contendo uma exposição crítica e que envolvesse o colaboracionismo e os mecanismos que possibilitaram que a ditadura brasileira durasse tanto tempo, mas de atestar que relatos/depoimentos de pessoas em posição análoga a dela tem um papel importante na construção da memória sobre um período e que estes se relacionam diretamente com as relações de poder envolvendo tanto os partidários da ditadura encerrada quanto a nova elite ascendente, legitimando e deslegitimando posições no presente.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Maria. Depoimento autobiográfico. In.: ANTONIO FRANCISCO. **A razão de uma vida** (Depoimentos de Maria Aragão colhidos por Antonio Francisco). SIOM. São Luís, 1992.
- ARAGÃO, Maria. Depoimento autobiográfico. In.: MOREIRA NETO, E. **Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura**. São Luís, Engenho, 2015. Disponível em: <http://www.secti.ma.gov.br/files/2015/12/Maria-por-Maria-Com-Capa.pdf> Acesso em: 18/08/2015.
- ARAGÃO, Maria. Depoimento autobiográfico. In.: SALGADO, A. **Maria Aragão – 78 anos de vida, 43 de luta** (publicação em homenagem ao seu aniversário de 78 anos). São Luís, Maranhão, 10 de fevereiro de 1988.
- ARANTES, Paulo. 1964, o ano que não terminou. In.: Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ARAÚJO, Márcia. **Maria Aragão: uma mulher e suas paixões em busca de uma sociedade igualitária**. São Luís, EDUFMA, 2014.
- BORGES, Arleth Santos. Ditadura Militar no maranhão. Dias, J. A.; Alves, A. E. S. (Orgs.) **Diálogos com a memória: reflexões sobre as experiências contemporâneas na América Latina**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.
- BORGES, Arleth Santos. **PT Maranhão_1980-1992: origens, organização e governos municipais**. São Luís: EDUFMA, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. & AMADO, J. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. FGV, 2006.
- COMPARATO, Bruno Konder. Memória e silêncio: a espoliação das lembranças. **Lua Nova**, São Paulo, 92, págs. 145-176, 2014.
- COSTA, Izabel Cristina. **Uma rede prestista: diversos fios dos “filhos” da Carta aos Comunistas** no PDT. N^o9, ano 7, Perseu Abramo, 2013.
- COSTA, Wagner Cabral da. **A raposa e o canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970)**. In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004.
- COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o Signo da Morte – o poder oligárquico de Vitorino a Sarney**. São Luís: EDUFMA, 2006.
- FERREIRA JUNIOR, José. GOMES, Clarissa Rodrigues. Regime autoritário e as formas de resistência do jornalista maranhense Bandeira Tribuzzi. In.: Anais do **III Encontro Nordeste de História da Mídia**, Maranhão, 2014.
- GORENDER, Jacob. O ciclo do PCB: 1922-1980. In: **História e perspectivas da esquerda**. Org. Alexandre Fortes. São Paulo/Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

GRILL, Igor Gastal. “Ismos”, “ícones” e intérpretes: as lógicas das “etiquetagens” na política de dois estados brasileiros (MA e RS). **Rev. Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n 43, p. 193-220, 2012b.

GRILL, Igor Gastal. Memórias de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e teorizações nativas do jogo político. **Política & Sociedade**, v. 11(21), p. 11-40, 2012a.

GROPPO, Bruno. Amnésia, repressões, mitos: como se conta o passado após uma ditadura. In: ZHACHARIADHES, G. C. (Org.). **1964: 50 anos depois – a ditadura em debate**. Aracaju: EDISE, 2015b.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In.: QUADRAT, S. V. e ROLLEMBERG, D. (Orgs.). **História e memória das ditaduras de século XX**. Volume I. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015a.

JEWSIEWICKI, Bogumil. Atualidade do passado e legitimação do presente: um exercício de antropologia histórica da memória (a propósito do exemplo da revolta operária de junho de 1965, em Pozan, Polônia). **Mana**. 16(2): 327-350, 2010.

JOFFILY, Mariana. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. Espaço Cultural, Cascavel, n. 21, p. 78-88, 2009.

KINZO, Maria Dalva. **Oposição e autoritarismo – gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Texto preparado para o congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**, Dallas, Texas, março de 2003.

MICELI, Sérgio. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In.: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Maria Lígia Quartin de. O que é possível lembrar? **Cadernos Pagu** (40), págs. 141-167, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. 1. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015b.

NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. In: **História e memória das ditaduras de século XX**. Volume I. QUADRAT, Samantha e ROLLEMBERG, Denise. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015a.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.9, nº18, págs. 09-19, 1989.
- POLLAK, Michael. La gestion de l'indicible. In: **Actes de la recherche en Science Sociales**. Vol. 62-63. Juin, 1986. http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_62_1_2315
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol 2, n. 3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. & AMADO, J. (Orgs.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. FGV, 2005, p. 103-137.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura no Brasil: uma incômoda e contraditória memória. In.: **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 23, Nº 45, 2010.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In. **Versões e ficções – o sequestro da história**. REIS FILHO, D. A (Org.). São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: UNIGRAF, 2007.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**. São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, jun./dez., 1990.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. PCB: Dirigentes e organização. In: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1978.
- ROLLEMBERG, Denise. “O Imortal Bem Amado. A chegada de Dias Gomes à Academia Brasileira de Letras.” In.: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula. (Orgs.). **1968: 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In.: MARTINS FILHO, J. R. (Org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar**. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.
- SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. O PCB, os Trabalhadores e o Sindicalismo na História Recente do Brasil. In.: **História do marxismo no Brasil/ orgs.: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.**
- SEGATTO, José Antônio; SANTOS, Raimundo. A Valorização da Política na Trajetória Pecebista dos anos 1950 a 1991. In: **História do marxismo no Brasil/ orgs.: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.**

SILVA, Marcelo Fontenelle. **A besta-fera vai ao paraíso**: uma análise da construção da memória e identidade pública da médica e comunista maranhense Maria Aragão. Dissertação (Mestrado) / Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH, Universidade Federal do Maranhão, 2017a.

SILVA, Marcelo Fontenelle. Escalada da consagração e disputa pela memória: itinerário político e homenagens a Maria Aragão a partir da redemocratização. **Revista Café com Sociologia**, V. 6, N. 3, 2017b.

SILVA, Marcelo Fontenelle; BORGES, Arleth Santos. Maria Aragão e suas muitas faces. **Revista Interdisciplinar de Cultura e Sociedade (RICS)**, vol. 2, 2016.

STARLING, Helóisa. Silêncios da ditadura. **Revista Maracanan**. Nº 12, 2015.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA


Maria Aragão e a “batalha da memória” envolvendo a ditadura civil-militar

Marcelo Fontenelle e Silva

Doutorando em Ciência Política

Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Carlos, Brasil

marcelofontenelle@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7084-3714>

AGRADECIMENTOS

O presente artigo é uma versão modificada do quinto capítulo de minha dissertação de mestrado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (SILVA, 2017a). Agradeço à professora Dra. Arleth Santos Borges, orientadora da pesquisa que deu origem a este artigo. E ao sociólogo Carlos Henrique Trovão Jr., pelos comentários críticos e incentivo.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa foi desenvolvida com bolsa CAPES, durante o mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 13 de novembro de 2020.

Aprovado em: 4 de maio de 2021.

